

**BREVE RELAÇÃO SOBRE O TRATADO POLÍTICO (1715) DE
SEBASTIÃO DA ROCHA PITA OU UMA NOTÍCIA DIVIDIDA EM
QUATRO ANATOMIAS**

EDUARDO SINKEVISQUE*
(USP-FFLCH)

**PRIMEIRA ANATOMIA: DO ÂNIMO OU UMA PROSA “QUASE
VÁRIAS”**

O *Tratado Político* (1715) de Sebastião da Rocha Pita constituiu-se como texto base da dissertação de mestrado *Retórica e política: a prosa histórica dos séculos XVII e XVIII – introdução a um debate sobre gênero*¹, cujo objetivo primordial foi a análise do gênero prosa histórica. Além da leitura desse resíduo discursivo setecentista, foram feitas algumas comparações entre ele e a *História da América Portuguesa*² (1730) também de Rocha Pita e entre outras prosas do gênero histórico seiscentista. Investigaram-se alguns de seus modelos veiculados no mundo católico ibérico e italiano, como Antônio Vieira, Frei Manuel Calado, Frei Vicente do Salvador, Saavedra Fajardo, Baltasar Gracián, Baldessare Castiglione, Giovanni Botero etc. Com o propósito essencial de conceituar história em conformidade ao pensamento seiscentista e setecentista, fontes antigas do mundo grego e romano também foram incluídas na pesquisa, verificando-se em que medida o texto de Rocha Pita e a historiografia da época reciclam e emulam noções do gênero histórico encontradas em Heródoto, Políbio, Cícero, Tito Lívio, Salústio, Plutarco etc. Além disso, a pesquisa leu, no texto base, certas idéias políticas, éticas e retóricas de Aristóteles, Sêneca, Horácio, Quintiliano, Santo Tomás de Aquino e Santo Agostinho, entre outras *auctoritates*.

* Doutorando em Letras: Literatura Brasileira pelo Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP)

¹ Dissertação de Mestrado defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, julho de 2000. (Orientação: Prof. Dr. João Adolfo Hansen).

² PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa, desde o anno de 1500 de seu descobrimento até o de 1724*. Lisboa. Lisboa: Off. de Joseph Antônio da Sylva, 1730.

Para tanto, fez-se uma exegese do texto base, uma análise da invenção e da disposição segundo critérios retórico-poéticos aristotélico-horacianos, uma análise da elocução a partir da retórica antiga e das preceptivas de Gracián e Tesauro e uma comparação de alguns aspectos teológico-retóricos entre o *Tratado Político* e a *História da América Portuguesa*, introduzindo-se uma sistematização de preceitos doutrinários e de procedimentos técnicos da historiografia dos séculos XVII e XVIII.

Não se tratou o objeto como uma evidência; mas, a partir da possibilidade de reconstruí-lo como uso, demonstrou-se um dos modelos retórico-políticos com o qual as Belas Letras se faziam nos séculos em questão, em uma leitura oposta àquela do século XIX e de boa parte da crítica do século XX que se ocuparam do tema. Ao reavaliar certas posturas críticas oitocentistas e novecentistas, confrontando-as com os critérios correntes na época estudada, pôde-se conceituar história, sociedade e tempo, segundo o gênero concebe essas categorias e não com o anacronismo romântico vigente hoje.

Leu-se uma prosa histórica ibérica dos séculos XVII e XVIII católicos como um discurso que é classificado nos manuais de literatura de modo parcial em que não se considera a especificidade histórica do objeto. Essa prosa é um dos *gêneros* retóricos. Discurso epidítico ou demonstrativo³, na variante encomiástica, emula modelos que se inscrevem em obras da Idade Média e antigas do mundo grego e romano, devendo ser encarada a partir da poética e retórica aristotélicas e da *Arte Poética* de Horácio, fazendo-se *in ordo naturalis*⁴, através de uma primeira pessoa, a respeito do sucedido e particular⁵. Suas tópicas da invenção e da disposição, assim como sua narração e descrição ecfrásica, são pensamentos e argumentos ornados segundo seu fim historiográfico por meio de prescrições retórico-poéticas antigas e da preceptiva

³ A Retórica aristotélica trata desse gênero como sinônimo de demonstrativo, cujo paradigma é o discurso festivo, em honra de pessoa que deve ser celebrada, predominando a exibição de virtuosismo verbal, com funções, previstas, encomiásticas de louvor e de censura, as quais têm por tema os atos e as circunstâncias, ao contrário da outra variante em que se prescreve o vitupério. O gênero epidítico trabalha com a *quaestio finita*, matéria (discurso) que se refere a pessoas individualizadas e a circunstâncias particulares de tempo e espaço, e com a *quaestio infinita*, matéria que se refere a uma classe ou personagens típicos e a circunstâncias típicas de tempo e espaço. No epidítico, realiza-se atribuição de caracteres, caracteres (*éthos*), a partir de tópicos gerais (*quaestio infinita*) aplicada no tratamento de um particular (*quaestio finita*). Cf. Aristóteles. *Retórica*. I, 9. Cf. HANSEN, João Adolfo. Notas de aula e Programa de disciplina. In: *Práticas de representação dos séculos XVII*. FFLCH/USP, São Paulo, 1997.

⁴ HORACIO. *Art Poétique*. In: *Oeuvres Complètes*. Garnier, Paris, 1944. tIII, v. 148. Uma vez que a disposição na *poesia* se faz *in media res*, por inferência, pode-se pensar que a disposição na *história* ocorre *in ordo naturalis*, tendo-se que os gêneros são definidos por esta oposição.

⁵ ARISTÓTELES. *Aristotelos peri Poietikes. Aristotelis Ars Poetica. Poética de Aristóteles*. Ed. trilingue por Valentín García Yebra. Madrid. Gredos, 1974. L. IX.

seiscentista de um Gracián e de um Tesouro. Sua confecção se dá de modo parafrástico em relação a seus modelos e outras obras também do mesmo gênero circulantes na época, como uma rerepresentação de uma história seleta já conhecida, de fundo providencialista, que reafirma o poder monárquico.

A comparação parece indicar que Rocha Pita deve ser mais precisamente avaliado em relação a sua História, caso a leitura de sua prosa se fizer em conjunto principalmente em paralelo à leitura do *Tratado Político*, não se desprezando o restante de sua produção acadêmica⁶. Hipótese básica, porém quase nunca verificada. Até hoje, a leitura que se tem feito da *História da América Portuguesa* nunca levou em conta nenhuma das outras obras de Rocha Pita. A operação de lê-lo sistematicamente parece fornecer critérios retóricos adequados para compreensão da *História da América Portuguesa* e uma visão sobre o texto que se afaste do anacronismo romântico de condenar o letrado como gongórico, não reconhecendo o sentido teológico-político de sua linguagem em seu tempo.

O *Tratado* de Pita, datado anteriormente a sua *História*, parece texto base de que o acadêmico se valeu, como exercício discursivo, para a posterior escrita da *História da América Portuguesa*. Era relevante, para a pesquisa, detectar procedimentos retóricos e teológicos comuns aos textos de 1715 e de 1730. Por teológico-político, entenda-se o campo doutrinário das idéias neo-escolásticas mobilizadas pelo letrado na teoria do poder absoluto. Os lugares comuns dessa doutrina são quase sempre interpretados providencialmente não só na *História* e no *Tratado* de Pita, como no gênero em particular e nas belas letras seiscentistas e setecentistas em geral. Por retórico, uma escrita aristotélico-horaciana que respeita categorias da invenção, da disposição e da elocução ao argumentar em favor de tópicos elencadas ao longo de uma narrativa ornada, cujo desenho é feito em *ordo naturalis* por uma primeira pessoa, que trata do particular e sucedido. Estes procedimentos possibilitaram reconstruir parte do pensamento historiográfico, confirmando uma noção de gênero contida e veiculada nos textos, em consonância a seu decoro, ou seja, em um estilo adequado, segundo padrões prescritos, direcionando-se para um leitor/ouvinte também adequado⁷.

⁶ Como o *Breve compêndio e narração do fúnebre espetáculo que na insigne cidade da Bahia, cabeça da América se viu na morte do rei D. Pedro II* e o *Sumário da vida e morte da Exma. Sr. D. Leonor Josepha de Vilhena e das eséquias que se celebraram à sua memória na cidade da Bahia*; além dos inúmeros sonetos compostos e proferidos na Academia Brasílica dos Esquecidos. (Para os poemas. Cf. CASTELLO, José Aderaldo. *O Movimento Acadêmico no Brasil*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1978, Vol. I T 1-4). Os sonetos indicam certos procedimentos e sentido teológico-retóricos em semelhança aos vistos na pesquisa.

⁷ A propósito, Hansen ensina que o decoro implica um padrão coletivo e anônimo de julgamento. Define a relação de semelhança da obra com a opinião corrente acerca do que é conveniente e verdadeiro. Tecnicamente, o decoro é proveniente da concordância harmônica das partes da obra em função do todo, segundo um fim (um efeito) determinado. Cf. HANSEN, João

A prosa histórica dos séculos XVII e XVIII faz referência a eventos historiográficos e mitológicos retirados da história de Roma e da Grécia, compara heróis desse mundo aos do mundo católico, às vezes valorizando os casos para atribuir maior relevo aos eventos católicos como mais gloriosos e virtuosos que os do mundo antigo. Durante a pesquisa, foram encontradas inúmeras passagens históricas incluídas tanto no texto de Pita como nos outros de historiadores luso-brasileiros e ibéricos trabalhados.

Observa-se que tal proposta é também uma tópica, ou seja, o gênero prescreve inclusive que se pratique, como historiografia, um texto que é todo um inventário de tópicos, refazendo a história desses *topoi* e afirmando essa historiografia como um gênero específico, em cujo lugar o discurso se inscreve.

Esta característica aparece, pois, como uma tópica própria do gênero, ou seja, ter como tema e matéria própria, lugar de seu gênero, refazer o caminho histórico pelo qual as tópicos transcorreram, como argumento persuasivo apresentado à audiência na afirmação: assim foi. Para se chegar ao: assim será, providencialmente. Segundo Pécora⁸, trata-se de um empenhamento retórico, uma espécie de erudição que recicla a tradição hermenêutica, interpreta cada mínimo detalhe do que apresenta como objeto de conhecimento dos conceitos mobilizados. O conhecimento *histórico* no *Tratado Político* e na *História da América Portuguesa* é matéria não só específica do gênero, como também própria para o elogio, como lugar próprio buscado com a finalidade de representar a realidade teológico-política orientadora da ação e prática. Hansen identifica essa realidade nos seguintes termos: (...) teologia como modelo icástico da proporção adequada à dilatação da fé e do império⁹. Convém lembrar que o lugar institucional dos discursos é patrocinado por D. João V, rei querido pela providência para guiar o império português como braço direito de Roma¹⁰.

Quanto às hipóteses empenhadas, o *Tratado Político* é relevante para uma nova interpretação da *História da América Portuguesa*. Sua leitura, quando em confronto com outras prosas seiscentistas, demonstra um modo de escrever *história* poucas vezes reconhecido pela crítica.

Por isso, afirma-se que a prosa histórica é uma prosa que se faz também a partir de outras prosas historiográficas; uma prosa quase outras, uma prosa quase várias, na variação quase ilimitada, que tende ao ilimitado de suas e de

Adolfo, Notas de Aula e Programa de Disciplina. In: *Práticas de representação do século XVII*. São Paulo: FFLCH/USP, 1997.

⁸ PÉCORA, Alcir. *Teatro do Sacramento – A unidade teológico-político-retórica dos Sermões de Antonio Vieira*. São Paulo, Campinas: Edusp, Ed. da Unicamp, 1994. p. 114.

⁹ HANSEN, João Adolfo. Teatro da Memória: Monumento Barroco e Retórica. In: *Revista do Instituto de Filosofia, Artes e Cultura (IFAC)*, n.2. Universidade Federal de Ouro Preto, 1995. p.42.

¹⁰ Idem *ibidem*.

outras particularidades historiográficas finitas, buscando a superação de seus modelos, uma vez que a noção pode ser entendida em consonância com a hipótese de Maravall¹¹ de que, no século XVII, a variedade é uma das bases de toda a concepção barroca.

Por esta razão pôde ser chamada de uma prosa que é, ao mesmo tempo, uma, e por outro lado, muitas, ilimitadas, várias e outras prosas reproporcionadas e recolocadas, porque reatualizadas e recicladas sempre em favor da sua finalidade persuasiva. Por isso, uma prosa quase várias, essa prosa epidítica, encomiástica, histórica.

A repetição verificada ocorre menos por se tratar de um mesmo letrado, em comparação, na variedade de seus discursos, mas por esse recurso ser prática em sua época. É próprio do gênero, com o qual Rocha Pita trabalha, tender e estender o texto ao ilimitado, na reiteração dos eventos em eventos idênticos. Um modo de escrever didático e, porque modo, segundo um modelo de emulação que prevê o uso dos *topoi*¹². A sua formulação argumentativa, cujo sentido teológico-providencial repropõe o debate sobre o finito/infinito das coisas justas e naturalizadas, é característica das formas de representação da teoria corrente da Razão de Estado¹³ nos séculos XVII e XVIII católicos. O Estado é conceituado como a firme dominação sobre os povos e a razão de Estado como o conhecimento dos meios próprios para fundar, conservar e aumentar tal dominação e senhorio. Nos três discursos de Rocha Pita e nos textos dos demais letrados mencionados acima, essa noção é nuclear e articula-se com a tópica da guerra justa e com a metáfora do corpo do Estado, ao propor que uma ação bélica é justa, quando empreendida para aumento ou conservação do poder, para promover a saúde do corpo político, como faz Rocha Pita em seu *Tratado Político* e em sua *História da América Portuguesa*. Os discursos concebem a história como matéria institucional, ora acadêmica, ora clerical, preenchedora dos esquemas retóricos, portanto interpretam os eventos neo-escolasticamente, por meio de dois princípios básicos: temporal (finito) e religioso (infinito), em uma hierarquia sagrada e natural, mística e histórica.

¹¹ MARAVALL, José Antonio. *Antiguos y Modernos*. Madrid: Alianza, 1986. P. 83.

¹² Os *topoi* são esquemas de argumentação no ato da produção do discurso. Segundo afirma Hansen (Cf. HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho. Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 309). Como representação, os *topoi* modelizam os discursos locais conforme regras do decoro (...) Simultaneamente fazem-no como avaliação, ou encenação do julgamento da persona, refratando-se as tópicos segundo padrões institucionais do século XVII, como a hierarquia, o código de honra, o direito canônico, a ortodoxia religiosa etc. Cf. também Aristóteles. *Retórica*. L. I. Trad. e notas de Manuel Alexandre Junior *et alli*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998.

¹³ BOTERO, João. *Da Razão de Estado*. Coord. e introdução de Luís Reis Torgal. Tradução de Raffaella Longobardi Ralha. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1992.

Aqui, cabe apresentar o texto base que, possivelmente de interesse para a área de Letras e de História, fornece algumas confirmações sobre a constituição teológico-política do poder monárquico ibérico nos séculos XVII e XVIII.

SEGUNDA ANATOMIA: DE FONTES SECUNDÁRIAS OU O RETRATO DE UM VITUPÉRIO

O *Tratado Político* é datado de 7 de Setembro de 1715 e foi, ao que se presume, o primeiro tratado político a ser redigido por um letrado residente na América Portuguesa¹⁴. Escrito na Bahia, cabeça da América, foi dedicado ao excelentíssimo senhor Dom Pedro Antonio de Noronha, conde de Vila Verde, marquês de Angeja, dos conselhos de estado e guerra, vedor da fazenda, vice-rei e capitão geral de mar e terra dos estados da Índia e do Brasil.

Em janeiro de 1998, durante pesquisa realizada em bibliotecas e arquivos portugueses, descobriu-se uma separata do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros, em que Heitor Martins¹⁵ dedica-se ao *Tratado Político* de Sebastião da Rocha Pita, mencionando, ainda, outros historiadores que apenas citam esse texto, como Oliveira Lima¹⁶, Pedro Calmon¹⁷, Eugênio Werneck¹⁸ e Arthur Motta¹⁹, sendo que os três últimos repetem a referência de Oliveira Lima²⁰. Esta era toda a fortuna do *Tratado Político* até 1972, o qual permaneceu, embora conhecido, inédito até essa data, quando foi editado pelo Instituto Nacional do Livro (INL), sob organização de Martins²¹. Entretanto, essa edição permanece de difícil acesso. Uma vez verificada, percebeu-se que o manuscrito não recebeu o tratamento crítico devido, o que justificou uma edição mais elaborada do mesmo²².

No verso da folha de rosto do *Tratado Político*, tem-se a indicação de que Rocha Pita foi cavaleiro professo da Ordem de Cristo e coronel do regimento da ordenança da cidade da Bahia. As notícias mais remotas sobre o letrado encontram-se em

¹⁴ O Estado do Brasil, nos séculos XVII e XVIII, era denominado um empório, situado no continente americano. Portanto, não podemos considerar Brasil como nação, nem Sebastião da Rocha Pita, como *brasileiro*.

¹⁵ O *Tratado Político* de Sebastião da Rocha Pita. In: *V Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros*. Coimbra, 1966.

¹⁶ *Aspectos da Literatura Colonial Brasileira*. Ed. Leipzig, 1896.

¹⁷ *História da Literatura Bahiana*. 2^a ed. José Olympio: Rio de Janeiro, 1949.

¹⁸ *Anthologia Brasileira*. Coletânea de excertos em prosa e verso de escritores brasileiros, precedidos de notícias biográficas dos autores. 2^a ed. Emygidio Silva Editor, s.d. : Petrópolis, 1900.

¹⁹ *História da Literatura Brasileira*. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1930.

²⁰ MARTINS, Heitor. op. cit. p. 6.

²¹ MARTINS, Heitor. *Tratado Político*. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1972.

²² SINQUEVISQUE, Eduardo. *Tratado Político* de Sebastião da Rocha Pita. Edição anotada e comentada. (Orientação e supervisão Prof. Dr. João Adolfo Hansen). (no prelo).

Januário da Cunha Barboza²³ e Diogo Barbosa Machado²⁴, sendo que na obra desse último consta que Sebastião da Rocha Pita era acadêmico supra numerário da Academia Real da História Portuguesa, tendo nascido na Bahia a 3 de Maio de 1660 e falecido a 2 de Novembro de 1738. Em uma biografia do século XIX, Pereira da Silva²⁵ faz menção aos estudos realizados pelo tratadista no colégio jesuítico no Brasil e, posteriormente, na Universidade de Coimbra, onde se bacharelou em Cânones em 1682.

A leitura de algumas das fontes secundárias propicia a detecção de opiniões sobre Sebastião da Rocha Pita e seus escritos que, freqüentemente, repetem-se desprestigiando-o. Sua fundamentação pode ser vista como se valendo da subjetividade crítica própria de uma história literária romântica. Nesse sentido, Lima vê Rocha Pita como tipo excelente entre os acadêmicos do século XVIII, reconhecendo o mérito do letrado em enaltecer os heroísmos de que o Brasil fora teatro, cujo estilo interpreta como excessivamente imaginoso, dotado de excesso retórico, comoção sincera e patriotismo eloqüente. Analisa a narrativa da *História da América Portuguesa* não corrompida pelo gongorismo em demasia, o que indica ver no letrado o que a maioria da fortuna crítica vê, ou seja, o estilo à maneira de Góngora, mesmo que minimizando suas críticas a esse respeito. Quanto ao *Tratado Político*, Lima diz ser composta a obra no mesmo estilo gongórico dos outros trabalhos do acadêmico Vago²⁶. Na mesma linha interpretativa, Calmon chama Pita de historiador gongórico, atribuindo ao letrado exagero encomiástico²⁷, enquanto que Werneck²⁸ classifica Rocha Pita como patriota sincero e escritor de linguagem empolada, estilo imaginoso e retórico. Hiperbólico, afetado e gongórico também é a maneira com que Mota se refere ao estilo do acadêmico Vago²⁹, alcunha atribuída ao auctor³⁰.

²³ *Notícias sobre Rocha Pita*, apud SILVA, J. M. Pereira da. *Os Varões Ilustres do Brasil durante os Tempos Coloniais*. Paris: Frank Guillaumin, 1859. pág. 177.

²⁴ *Biblioteca Lusitana*. Officina de Antonio Isidoro da Fonseca: Lisboa Ocidental, 1741. T.I.

²⁵ SILVA, J. M. Pereira da. *Os Varões Ilustres do Brasil durante os Tempos Coloniais*. Paris: Frank Guillaumin, 1859. pág. 178.

²⁶ Op. cit. p. 128, 132-133.

²⁷ Op. cit. p. 52-53.

²⁸ Op. cit. 247.

²⁹ Op. cit. p. 45, 48.

³⁰ Conforme KANT (apud HANSEN, *Pós moderno e Barroco*. Seminário apresentado na Universidade de São Paulo. (mimeo). São Paulo: 11/11/1994, p. 16-17), nas sociedades anteriores ao XVIII, a experiência do presente dependia do modelo da experiência passada, onde se acreditava que o divino já havia atualizado a sua presença, de modo que a autoridade do passado fundava o presente, nas formas variadas do comentário, como exegese ou hermenêutica. Assim, na seqüência, formula Hansen, em práticas que não pressupunham nenhuma superação, nenhum progresso, mas que repunham, em cada situação do presente, as auctoritates já realizadas várias vezes antes, reciclando-as como uma memória anônima e coletivizada dos usos autorizados do signo, como uma "jurisprudência" dos bons usos, no sentido ciceroniano da história como *magistra vitae* das histórias barrocas, o evento era figurado como já figurado. A ordenação

Hernâni Cidade trata da *História da América Portuguesa*, atribuindo a Rocha Pita o título de historiador, identificando a descrição que o letrado mobiliza como técnica de composição que converte a História à poesia, chamando-a de gongórica e dizendo pertencer ao estilo barroco³¹. Com outros anacronismos, o mesmo Cidade menciona Rocha Pita ao tratar daquilo que nomeia como literatura portuguesa no Brasil, cujos pontos questionáveis podem ser identificados na postura do crítico em juntar Padre Fernão Cardim, Gabriel Soares de Souza, Manuel Botelho de Oliveira, Gregório de Matos, Frei Vicente do Salvador ao lado de Sebastião da Rocha Pita e Nuno Marques Pereira no anacronismo de afirmar que todos esses têm em comum um certo vago sentimento de brasilidade nascente³².

Outro daqueles que filiam o letrado ao gongorismo é Haroldo Paranhos. Esse crítico tem, contudo, uma opinião oscilante entre favorável e desfavorável, ora condenando Rocha Pita, ora elogiando-o: “(...) Sebastião da Rocha Pita e os acadêmicos da Bahia e do Rio de Janeiro, são os mais nítidos representantes do gongorismo espanhol em nossa literatura. As obras deste período são pobres de imaginação e vazias de idéias (...). Pita (...) tentou escrever uma História do Brasil (...) onde pela primeira vez o sentimento nativista aparece perfeitamente definido (...). O trabalho do escritor baiano é de grande mérito literário e marca transição da poesia para a prosa (...). A obra do letrado é cheia de sincero entusiasmo pelas coisas de sua terra (...). Os hinos de amor pátrio salvaram-lhe o livro (...)”³³.

Fernandes Pinheiro pode ser citado como outro exemplo de leitura crítica inconstante na qualificação da escrita praticada por Rocha Pita. As suas considerações sobre o acadêmico Vago iniciam em tom elogioso, chamando-o de O Heródoto Brasileiro, cujo estilo grandiloquo e a pompa de dicção se fazem por patrióticas hipérboles. Posteriormente, critica Rocha Pita ao dizer que o acadêmico não se preservou do contágio gongorístico³⁴.

Ronald de Carvalho pertence ao grupo daqueles que tecem elogios ao mesmo tempo que condenam a prosa acadêmica de Rocha Pita, denominando-a

retórica da mimesis aristotélica e das doutrinas da imitação seiscentistas se impunha, evidentemente, não havendo nenhuma noção de autoria subjetiva, de originalidade e de ruptura. É nesse sentido que se utiliza o termo auctor.

³¹ *Literatura Portuguesa e a Expansão Ultramarina: as idéias, os sentimentos, as formas de arte*. Coimbra: Armênio Amado Editor, 1943. Vol. II, p. 382-383.

³² *Lições de Cultura e Literatura Portuguesa: reação contra o formalismo seiscentista ao advento do romantismo*. Coimbra: Coimbra Editora Ltda, 1959. Vol. II, p. 327.

³³ *História do Romantismo no Brasil*. São Paulo: Edições Cultura Brasileira, 1937. pp. 32, 64, 94, 96-97.

³⁴ *Curso Elementar de Literatura Nacional*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Brasília: Livraria Cátedra, INL, 1978. p. 266.

de *gongórica*, entretanto seleciona alguns letrados dos Seiscentos e Setecentos como dignos de estudo, entre os quais Sebastião da Rocha Pita³⁵.

Capistrano desenha Rocha Pita com fisionomia curiosa e interessante, dizendo valer a pena esboçar sua figura a traços largos, ao menos para convidar à empresa outros, que melhor a executem. Sobre o estilo, afirma-o opulento, amplívago, ligeiramente pedantesco, eivado ocasionalmente de antíteses e esmaltado de freqüentes alusões. Chama Pita de crítico em férias, desejoso de produzir efeito com muita intensidade, vindo no letrado inspirações de forte patriotismo, cujo amor é de um artista. Entretanto se contradiz ao postular que o Acadêmico Vago não se filiou a nenhuma idéia separatista³⁶. Em suma, Capistrano diz preferir Gabriel Soares ou Fernão Cardim, pois vê, nestes, vantagens que não há em Pita, como conhecimento preciso, espírito indagador e preocupação utilitária³⁷.

Evitando-se tanto anacronismo, a pesquisa se propôs a encarar a prosa histórica seiscentista por uma leitura distanciada dos padrões morais e estilísticos dos séculos XIX e XX³⁸, em um confronto entre textos correlatos e aqueles provavelmente conhecidos pelo letrado³⁹, detectando modelos e conceitos veiculados pelo texto, não atribuindo ao *Tratado Político* noções inexistentes como afetamento, gongorismo, hiperbolismo, retorcimento, inchaço, patriotismo e brasilidade, ou tecendo opiniões como fez a crítica do século XIX e boa parte do XX. Não se tratou o objeto como uma evidência; mas a partir da possibilidade de reconstruí-lo como uso, objetivou-se demonstrar um dos modelos teológico-retórico-políticos com o qual as Belas Letras, e não a inexistente literatura, eram concebidas e praticadas nos séculos XVII e XVIII.

A crítica dos séculos XIX e XX produziu um retrato de Rocha Pita que parece sombrear um vitupério e não fazer uma análise da produção discursiva. Mesmo quando os estudiosos oitocentistas e novecentistas referidos se propõem a pintar um encômio do letrado, fazem-no através da mistura de epítetos e critérios distanciados das condições de produção da prática letrada em foco, gerando um monstro, um misto de imagem psicologizada, patriótica, ufanista, brasileira, de poética apaixonada e historiografia rudimentar, inepta, imprecisa,

³⁵ *Pequena História da Literatura Brasileira*, 6ª ed. Rio de Janeiro: F. Briuiet & C. Editores, 1937, p. 133.

³⁶ Caso não haja contradição, a *pátria* referida por Capistrano deve ser Portugal, por não haver idéia separatista no texto de Rocha Pita.

³⁷ *Ensaios e Estudos – Crítica e História*. IV Série, p. 118, 120-121.

³⁸ Mesmo porque nos séculos XVII e XVIII não há *estética*, nem *estilística*, mas *retórica*.

³⁹ Além dos textos correlatos, é possível verificar e reconstruir o universo de leituras de Sebastião da Rocha Pita, por exemplo, a partir de episódios históricos citados por ele, encontrados em Cícero, Heródoto, Plutarco, Políbio, Virgílio, Camões etc. Identificaram-se várias *auctoritates* de Rocha Pita na confecção do *Tratado Político*. Algumas delas foram apresentadas no segundo e quinto capítulos da dissertação.

fantasiosa etc. Talvez seria indicado não fazer retrato algum de Rocha Pita, esquecendo-se o homem para ler o discurso, tarefa de complexidade suficiente para o conhecimento de uma das práticas de representação setecentistas, ou considerá-lo como uma autoridade no uso do gênero e suas implicações institucionais, já que o indivíduo não conta como psicologia autonomizada nos discursos dos séculos em questão. Abolido o retrato vituperador ou encomiástico, pode-se tentar entender o funcionamento do texto e do gênero mobilizados, pondo-se de lado os epítetos pejorativos e vazios sobre um texto historiográfico e seu suposto autor.

Como uma das etapas da escrita da dissertação mencionada, foram realizadas duas transcrições do referido tratado, uma diplomática e outra com atualização para a língua portuguesa do Brasil, respeitando-se a pontuação e a numeração das linhas. Essas operações permitiram que se fizesse a sua exegese e uma análise da invenção e da disposição do texto segundo critérios retórico-poéticos aristotélico-horacianos, cuja visada era introduzir um debate sobre o gênero histórico seiscentista.

TERCEIRA ANATOMIA: DOS ARGUMENTOS OU GALERIA DE TÓPICAS

A organização do *Tratado* tem três partes distintas: Dedicatória, Prólogo e Discursos, ao longo de 2120 linhas, em um total de 137 páginas. Os Discursos, por sua vez, se subdividem em três, ou seja, Discurso Primeiro, Discurso Segundo e Discurso Terceiro. Cada um deles é composto por uma parte nomeada, pelo letrado, de Argumento, e outra que é o Discurso propriamente dito. Os Argumentos constituem-se como parágrafos únicos e iniciais dos Discursos e apresentam uma margem reduzida em relação ao restante do texto, o que lhes confere destaque visual. Eles são uma tábua das matérias a serem abordadas e indicam o modo com que se apresentará a narração, pois, uma vez estabelecida uma ordem de matérias no chamado argumento, ela será facilmente reconhecida ao longo do texto. Dentre as matérias contidas nos argumentos, destacam-se algumas, as quais serão utilizadas pelo narrador como cerne das questões a que se propõe para confecção do *Tratado*. Essas matérias podem ser chamadas de tópicas (*topoi*), podendo esse conceito ser aplicado às outras, e ainda a várias máximas políticas, tropos e figuras de linguagem, como metáforas, metonímias, hipérboles e eufemismos, entre outros expedientes do fazer textual, identificados no *Tratado*.

O texto tem uma folha de rosto, não numerada, em que constam o título, subtítulo e a quem é oferecido, e, em seu verso, por quem é composto. Na sequência são apresentados a Dedicatória, o Prólogo e os Discursos.

A Dedicatória vai da linha 17 a 109 (páginas 1 a 6), contendo quatro parágrafos, sendo que o primeiro (linhas 19-52) se inscreve no sentido de pedir proteção e

amparo ao Senhor D. Pedro Antônio de Noronha. O segundo parágrafo (linhas 53-78), por sua vez, afirma que os motivos de dedicar o *Tratado* ao vice-rei residem em sua origem nobre. Já o terceiro (linhas 79-93), por outro lado, é uma demonstração de humildade. O letrado adverte que, caso o capitão de mar e terra, a quem dedica o tratado, venha a julgar excessivo o texto apresentado, lembre-se de que nos mapas cabem imensas zonas e de que um membro só basta para representar a grandeza de um só corpo - em uma nítida referência à representação da monarquia, sendo o rei a cabeça e os súditos, o corpo - tomando-se justificável, em pequeno espaço, narrar tamanha matéria. E finalmente, no quarto parágrafo (linhas 94-109), Rocha Pita representa-se na possibilidade de ser indigno de oferecer tão sublime obra a tão venerado capitão. No final da dedicatória encontram-se a data e a assinatura do tratadista.

O Prólogo contém dois parágrafos e se inicia na linha 110, terminando na linha 167 (páginas 7 a 10). No primeiro parágrafo (linhas 111-151) são apresentadas as razões que levaram à escrita do *Tratado*, com a finalidade de se fazer a memória dos princípios e fins das antigas monarquias, bem como os objetivos do texto e o modo como o letrado vai dispor a matéria. Assim, Sebastião da Rocha Pita indica dez tópicos que orientarão sua prática. São elas o passado, as mudanças do tempo, as da fortuna, os estrondos marciais, as pretensões das coroas, o temor do aumento das monarquias, o ciúme do poder dos vizinhos, as políticas dos Estados, os interesses das Repúblicas e a comoção geral que introduziram novas e várias cenas no teatro de Europa. Previamente é dito que objetiva ajuizar nos primeiros dois Discursos das coisas presentes pelo exemplo das passadas e discorrer, no terceiro e último, sobre o estado em que se achavam os negócios militares e políticos no tempo em que estava escrevendo o texto. Desse modo, intenta ponderar motivos sem indagar maiores circunstâncias, nos seus dizeres. Enquanto que, no segundo e derradeiro parágrafo do prólogo (linhas 152-167), encontra-se um pedido de desculpas pelo risco de causar fastio ao marquês de Angeja, em virtude de haver muitos exemplos, à semelhança de muitos casos idênticos. Rocha Pita enuncia que fará a exposição de eventos e ações desde o princípio do mundo até o tempo presente.

Por sua vez, o *Discurso Primeiro* começa na linha 168 e termina na linha 724 (páginas 11 a 46). A quantidade de parágrafos totaliza dezoito. Em linhas gerais, este *discurso* é um desenho, que tem em primeiro plano o *argumento*. A partir dos outros parágrafos, pintam-se quadros em que as *tópicas* são demonstradas, com ampla e exaustiva exemplificação de casos particulares, em favor da idéia geral de que os homens construíram reinos, de tudo quiseram se apoderar e viram sua ruína devido à sua ambição e à falta de fundamentação na religião católica. O texto defende que para cada porção da terra é necessário haver governantes próprios com limites para seus domínios, visando o equilíbrio e conservação do mundo.

O *Discurso Segundo* é composto de 13 parágrafos, começa na linha 725 e termina na 1347 (páginas 47 a 86). Sebastião da Rocha Pita apresenta uma única

tópica no argumento, a qual, por todo o discurso, orienta e defende a idéia de que Portugal foi escolhido para ser o maior império do mundo. As razões apóiam-se em razão de nunca ter havido cismas, alterações, inconstâncias e o surgimento de heresiarcas nesse reino, como aconteceu em França, na Espanha, na Grécia, em Roma e na Alemanha, que levassem à dúvida do fundamento e firmeza da religião católica como base da monarquia portuguesa.

E, finalmente, o Discurso Terceiro vai da linha 1348 à linha 2120 (página 87 a 135) e contém 31 parágrafos. Percebe-se que o letrado compõe os dois primeiros discursos de forma a somar argumentos para este terceiro, que é o discurso fundamental para o propósito da escrita do *Tratado*, ou seja, justificar o auxílio de D. Pedro II a Carlos III, rei de Áustria, na invasão de Castela.

Em síntese, Sebastião da Rocha Pita escreveu um tratado político com o único objetivo de demonstrar que a ação de D. Pedro II no rompimento de paz com Castela em favor do rei Carlos III fundamenta-se na tópica da guerra justa. Para tanto, a linha de raciocínio é silogística⁴⁰ e segue o modelo proposto pelos gêneros demonstrativo e deliberativo da *Retórica* Aristotélica, podendo-se entender o primeiro discurso como sendo uma premissa maior - só no equilíbrio das potências é possível conservar o mundo - o segundo, como uma premissa menor - a escolha de Portugal para ser o maior império do mundo equilibra as potências - e o terceiro, como uma conclusão - Portugal deve declarar guerra a Castela para a conservação do mundo.

Entretanto, este mesmo expediente retórico pode ser observado na organização de cada um dos três discursos. No primeiro, após apresentar a premissa maior de que os homens erigiram reinos, os quais vieram a se arruinar, devido à sua ambição de governar o mundo todo e não de o equilibrar em potências distintas com limites próprios, e pela falta de fundamentação na religião católica, na premissa menor são demonstrados e exemplificados exaustivamente casos particulares em favor desta afirmação, concluindo-se que a conservação do mundo só pode ser obtida através do equilíbrio das repúblicas. No segundo discurso toda uma afirmação em chave teológica é utilizada, a partir da premissa maior de que Deus escolhe os reinos constantes na fé católica, para defender a idéia de que Portugal sempre teve constância e fidelidade, únicas, na religião católica, concluindo-se, portanto, que Portugal foi o escolhido, entre tantos outros reinos, para ser o maior império do mundo.

Assim, pôde, então, chegar a seu propósito já afirmado, no argumento do terceiro discurso, com a premissa maior de que as guerras são necessárias para aumento e conservação das monarquias, sendo que o letrado discorre na premissa menor a respeito de Portugal ter empreendido uma guerra justa contra Castela e, conseqüentemente, concluindo que a monarquia portuguesa será conservada. Ocorre

⁴⁰ Para Aristóteles o silogismo é um meio da retórica utilizado pelo orador para levar a audiência à dedução, e conseqüentemente a se fazer persuadir. O entimema oratório é um silogismo, assim como o exemplo é uma indução. (*Retórica*. I, 2, 6)

que, dentro da premissa menor do rompimento de paz com Castela, Pita repete a técnica do silogismo, de forma a provar que, apesar de D. Pedro II sempre ter se conservado neutro frente às dissensões em Europa, um rei pode declarar a guerra, quando julgar justo e necessário, por ser esta uma prerrogativa do governante, além de ser a guerra gloriosa a quem a empreende e ter fortalecido todos os impérios que a fizeram. Dessa forma, a declaração de guerra torna D. Pedro II mais glorioso e justo, além de mais fortalecido o reino de Portugal. Como se não bastasse, é feito o desmembramento dessa premissa menor em dois novos silogismos, para fundamentar a justificativa tanto do emprego da guerra a Castela, como da ajuda ao rei Carlos III. No primeiro, mostra que todos os impérios que temeram o aumento dos vizinhos declararam guerra fora de seus reinos. Como Portugal se viu temeroso do aumento de Castela, declarou a guerra. No segundo, apresenta uma vasta exemplificação de ser próprio da grandeza de um rei dar ajuda a um príncipe católico, da mesma linhagem e amigo. Como Carlos III é um rei católico e descendente da casa real portuguesa, a atitude de D. Pedro II é grandiosa, heróica.

QUARTA ANATOMIA: DOS “EXEMPLA” DIALÉTICOS OU GRANDE “COPIA” DE EXEMPLOS

Entendendo-se, aqui, dialética como uma técnica cognitiva de divisão e análise, segundo as dez categorias aristotélicas – substância, matéria, forma, acidente, propriedade, causa, efeito, fim, simpatia e semelhança⁴¹ – e não por meio de seu sentido hegeliano de tese, antítese e síntese, o pensamento historiográfico seiscentista opera para formar juízos, segundo o critério antigo do Estagirita para o conceito e não hegelianamente pensado⁴². Tesouro relê Aristóteles ao prescrever a confecção de agudezas⁴³, propondo essa mesma divisão e análise como básicas para o engenho⁴⁴.

A prosa de Rocha Pita opera com essas noções de análise e divisão, esforçando-se o tempo todo para convencer e persuadir o destinatário,

⁴¹ ARISTÓTELES. *Organon*. Vol. I. Categorias. Tópicos. Lisboa: Guimarães Editores, 1986.

⁴² Aristóteles ensina que o raciocínio é dialético quando parte de opiniões geralmente aceitas, prescrevendo que são verdadeiras e primeiras aquelas coisas nas quais acreditamos em virtude de nenhuma outra coisa que não sejam elas próprias (...). Prossegue dizendo que são (...) opiniões geralmente aceitas aquelas que todo mundo admite, ou a maioria das pessoas, ou filósofos – (...) todos, ou a maioria, ou os mais notáveis e eminentes pensam ser. Tópicos. In_: *Organon*. Vol. I. Categorias. Tópicos. Lisboa: Guimarães Editores, 1986.

⁴³ Argúcias Humanas. In_: *Il Cannochiale Aristotelico*. Torino, 1670. Trad. Gabriela Cipollini e João Adolfo Hansen. Mimeo. São Paulo: USP, 1986.

⁴⁴ O engenho é a terceira faculdade do pensamento. A primeira é a dialética e a segunda, a retórica. O engenho é, pois, a terceira por juntar as outras duas, ou seja, o elemento intelectual do juízo, que é lógico, com a retórica ou o ornato.

basicamente, da verdade e legitimidade de três proposições: que o rompimento de paz com Castela foi atitude acertada, digna de um rei prudente; que Portugal foi escolhido para maior império do mundo e que, assim, será conservada a monarquia.

As noções de divisão e análise são visíveis na organização discursiva do *Tratado Político*, em sua disposição em três discursos. Cada discurso apresenta argumento ou argumentos dispostos em separado da narrativa propriamente dita. A narração eufrística⁴⁵ e parafrástica descreve eorna exemplarmente as tópicos da invenção, mobilizando casos históricos semelhantes ou contrapostos ao que está sendo narrado em entimemas silogísticos etc. Tem-se com isso um discurso empenhado em demonstrar argumentos plausíveis em defesa de um rei e de um poder legítimo e naturalmente constituído, cujo poder monárquico absoluto é representado.

No entanto, dividir e analisar é o que se denominava, no século XVII, anatomia. Assim, ao dispor os três discursos como partes de um entimema silogístico macro textual, dividindo cada um dos discursos específicos também silogisticamente, Rocha Pita propõe uma anatomia argumentativa que funciona em direção ao fim demonstrativo-deliberativo, captando ou capturando a adesão do destinatário.

O texto pode ser lido como um discurso que, deliberativo-demonstrativo, encena a história como cópia de exemplos, visa o bem comum, a utilidade do ensinamento e da virtude ao justificar uma ação bélica com as tópicos da guerra justa e da razão de Estado.

Tesauro diz que, mudando-se a forma verbal, por exemplo, a metáfora imitada não é a mesma, no entanto é a mesma, porque velha na substância e nova na maneira⁴⁶. O conceito de imitação, pois, aproxima-se do sentido de emulação; uma vez que, no processo descrito, passa-se a superação do modelo: Imitar não é usurpar, mas utilizar as metáforas e as agudezas, tais quais as ouve ou lê, por exemplo. É uma sagacidade, fusão de perspicuidade e versatilidade (solécia escolástica - *sollertia*) com a qual, sendo proposta (...) uma metáfora ou outra flor do engenho humano, (...) examinas em diferentes categorias, como em solo cultivado e fecundo, propagas outras flores da mesma espécie, mas não os mesmos indivíduos⁴⁷.

⁴⁵ A eufrase é um gênero anterior a Filóstrato. Trata-se de descrições em prosa ou em verso, cujas imagens se inscrevem no interior desta forma de escrita. Muhana entende o conceito também como procedimento elocutivo geral, cuja capacidade amplificadora faz do expediente um ornato na narração instrutiva (...), cf. MUHANA, Adma Fadul. *A Epopéia em Prosa Seiscentista - Uma definição de gênero*. São Paulo: UNESP, 1997, p. 288-289

⁴⁶ Op. cit. p. 14.

⁴⁷ TESAURO, Emanuele. *Argúcias Humanas*. In: *Il Cannocchiale Aristotelico*. Torino, 1670. Trad. Gabriela Cipollini e João Adolfo Hansen. Mimeo. São Paulo: USP, 1986 p. 12.